

Documento propõe um só sistema de saúde

JORNAL DE BRASÍLIA

A criação de um ministério único que some todos os órgãos hoje ligados à saúde do trabalhador está entre as mais importantes propostas do documento redigido pelos 600 participantes da Primeira Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador. Realizada desde o início desta semana no Centro de Convenções de Brasília, a conferência terminou ontem sendo considerada um marco histórico, "por ser a primeira vez que, no Brasil, reúnem-se representantes de vários setores ligados à saúde do trabalhador para discutir a política de assistência médica e preventiva da mão-de-obra brasileira", conforme avaliação de Cristina Albuquerque Possas, da Fundação Oswaldo Cruz.

Segundo estatísticas do governo, as horas extras que sobrecarregam o trabalho são as maiores responsáveis pelos altos índices de acidentes de trabalho, somadas à falta de segurança frequente em quase todos os setores. Enquanto em países como os Estados Unidos a cada 100 mil trabalhadores

ocorrem 40 mortes por acidente de trabalho, no Brasil para o mesmo número de pessoas as mortes se elevam a 203. Em apenas um ano — 1970 — um quarto da mão-de-obra industrial brasileira se acidentou no trabalho, mas a construção civil é o setor que mais causa obtidos.

Para custear os acidentes, mesmo com um sistema de assistência precário, em 1984 o governo gastou 14,5 bilhões de cruzados. Segundo Cristina Possas, que é responsável pela elaboração de um relatório sobre o assunto encomendado pelo Ministério da Previdência, o governo tem grandes dificuldades de reunir estatísticas ligadas ao tema. "Por isso não dispomos de dados mais recentes", diz a pesquisadora da Fiocruz.

A estabilidade para o trabalhador acidentado é outra das reivindicações da conferência. Hoje, tanto o trabalhador rural quanto o urbano, vítima de um acidente, encontra dificuldades de ser reabsorvido pelo mercado de trabalho e de receber indenizações.